

Editorial

O que significa conseguir a paz na Colombia?

<http://dx.doi.org/10.14718/revfinanzpolitecon.2016.8.1.1>

*Joan Miguel Tejedor Estupiñán**

Em 24 de setembro de 2015, o governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) deram-se seis meses para chegar a um acordo de paz definitivo e, dessa maneira, inserir, no modelo democrático do Estado de direito, o grupo insurgente mais antigo da América Latina, que nasceu em 1964. Isso implicaria diretamente a participação do grupo guerrilheiro no cenário político do país. Essa guerrilha, inspirada em ideais comunistas e de movimentos rurais, propõe em suas origens a tomada de armas como meio para exigir uma reforma agrária que atenda às demandas da população rural (que, naquele momento, compreendia mais da metade da população do país). Desde então, o conflito bélico, como qualquer guerra, deixou uma onda de violência e morte para ambas as partes em conflito, assim como uma marca indelével na memória dos colombianos.

O fim do conflito de guerrilhas, com os combates, com os bombardeios, com o sequestro, com o narcotráfico e com a dor causada nas vítimas, parece extinguir-se e dar lugar a um estado de paz num país cuja história, desde suas origens coloniais até nossos dias, esteve marcada pela violência.

Nesse sentido, a paz só é entendida como a possibilidade de acabar o conflito entre duas partes, mas se esquece de que esse conceito se estende para os campos da própria economia. Por isso, é necessário chegar a um Estado de direito no qual se manifeste um equilíbrio, por um lado, do bem comum desenvolvido no marco do modelo capitalista predominante no âmbito global —o que significaria um crescimento econômico com bem-estar— e, por outro, o pleno desenvolvimento e as garantias dos direitos humanos.

Dessa maneira, é imprescindível que as instituições que formam o Estado colombiano: os diferentes poderes, o setor privado e a própria população promovam e garantam bem-estar e equilíbrio, com base em políticas econômicas e sociais que respeitem as liberdades sociais e econômicas, a fim de gerar condições de igualdade e pleno exercício dos direitos humanos. Inclusive deve ser defendida a proteção e o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, num mundo ameaçado pelo aquecimento global, também originado, entre outros fatores, por esse modelo econômico predominante no âmbito global, cuja expansão implicou a extinção de espécies, inclusive de ecossistemas completos.

Olhar a paz a partir de uma perspectiva que vai além dos limites e impactos do conflito bélico entre as partes deveria também envolver o fim do conflito com o Exército de Libertação Nacional (ELN); o desaparecimento do paramilitarismo, dos grupos criminosos e dos demais atores que geram violência,

* Mestre em Direitos Humanos e economista. Editor da revista *Finanzas y Política Económica*, da Universidad Católica de Colombia. Endereço para correspondência: Facultad de Economía, Universidad Católica de Colombia, carrera 13 # 47-49, Bogotá, Colombia. E-mail: jmtejedor@ucatolica.edu.co

terror e violação dos direitos humanos; a extinção da corrupção dentro das instituições, que impede o desenvolvimento humano, econômico, social, político e do meio ambiente dentro do Estado colombiano.

Nesse sentido, a maior contribuição que as instituições de educação superior podem dar é garantir uma educação de qualidade em todos os âmbitos, que desenvolva e transmita o conhecimento para, desse modo, superar todos os problemas descritos e chegar a uma paz que está além de um acordo com as Farc.

A partir dessa premissa, a equipe editorial da revista *Finanzas y Política Económica*, da Universidad Católica de Colombia, apresenta cordialmente aos leitores esta nova edição, que, a partir da perspectiva econômica e do âmbito da pesquisa e da educação, pretende contribuir com a consolidação desse complexo objetivo e tudo o que ele implica.

Esta edição é composta por artigos de autores nacionais e internacionais: começa com o artigo de José Carlos Trejo García, Humberto Ríos Bolívar e Francisco Almagro Vásquez: “Atualização do modelo de risco de crédito, uma necessidade para a banca rotativa no México”; depois temos Eduardo Rosa Rojas, com o documento “A intervenção cambial e os fluxos de capital: evidência empírica para Brasil, Colômbia, Chile e México, 2001-2013”; mais adiante, encontramos Fahd Boundi Chraki, com o artigo “Análise *input-output* de cadeias produtivas e setores-chave na economia mexicana”; posteriormente, Julián Fernández Mejía e Jorge Mario Uribe, com o texto “Análise de processos explosivos no preço dos ativos financeiros: evidência ao redor do mundo”; em seguida, temos Milton Camelo Rincón e Jacobo Campo Robledo, com o artigo “Análise da política habitacional em Bogotá: um enfoque a partir da oferta e da demanda”; logo, William Avendaño Castro, Luisa Paz Montes e Gerson Rueda Vera, com seu texto “A gestão ambiental nas PMEs do setor de argila em Cúcuta e em sua área metropolitana”; Juan Pablo Herrera Saavedra e Dennis Sánchez Navarro apresentam seu artigo “Efeitos de integrações de empresas em mercados de bens homogêneos”; finalmente, Jimmy Melo compartilha sua reflexão acerca da “Arbitragem limitada sob financiamento com base no desempenho”.

Esperamos que essas contribuições continuem fortalecendo a discussão acadêmica, potenciando a pesquisa no âmbito universitário e, com certeza, contribuindo com a construção de uma sociedade colombiana em paz.